

**POSSIBILIDADES PARA PENSAR A ARQUITETURA
DOS RECINTOS MURADOS DA
PRÉ-HISTÓRIA RECENTE**

***POSSIBILITIES FOR THINKING ABOUT
THE ARCHITECTURE OF THE WALLED ENCLOSURES
OF LATER PREHISTORY***

Ana Vale

Bolsista Pós-Doutoramento FCT
CITCEM/FLUP

RESUMO:

Este texto procura abordar os recintos murados da Pré-história Recente, tendo por base os estudos efetuados em contexto português e partindo da análise da arquitetura destes sítios. Apresenta as periodizações propostas e as problemáticas inerentes à análise da temporalidade de cada sítio e procura questionar as múltiplas formas construtivas e modos de usar o espaço. Finalmente propõe-se discutir as possibilidades do tipo “recintos murados” em articulação com a singularidade de cada sítio particular.

PALAVRAS-CHAVE: Recintos Murados; Arquitetura; Pré-história Recente

ABSTRACT:

This text aims to approach late prehistoric walled enclosures, mainly based on research conducted within a Portuguese context and through the study of the architecture of the sites. The periodization of the sites will be presented, and the problems involved in studying temporality at the “site level” will be addressed. The multiple ways of constructing and using space will also be questioned. Finally, the use of the typological designation “walled enclosure” will be discussed bearing in mind the singularity of each site.

KEYWORDS: Walled enclosures; Architecture; Late Prehistory

1. INTRODUÇÃO

“Diante de uma imagem – por muito antiga que seja -, o presente nunca cessa de se reconfigurar, mesmo que o desapossamento do olhar tenha completamente cedido o lugar ao hábito enfadado do “especialista”. Diante de uma imagem – por muito recente ou contemporânea que seja -, o passado nunca cessa de se reconfigurar, já que esta imagem só se torna pensável numa construção de memória, senão mesmo do assombro. Diante de uma imagem, afinal, temos que reconhecer humildemente o seguinte: é provável que sobreviva à nossa existência, diante dela somos nós o elemento frágil, o elemento passageiro, e diante de nós é ela o elemento de futuro, o elemento de duração. A imagem tem frequentemente mais memória e mais futuro do que o ente que a olha”

(Didi-Huberman, 2017:10)

No dia 20 de Julho de 1998, uma pequena equipa, coordenada por V.O. Jorge, J. Muralha e A. Sá Coixão, inicia as escavações arqueológicas em Castanheiro do Vento (Horta do Douro, V.N. de Foz Côa). Esta equipa tinha acabado de “fechar” a campanha daquele ano em Castelo Velho de Freixo de Numão (V. N. de Foz Côa), dirigida por S. Lopes. O sítio de Castanheiro do Vento emerge desta ligação e outras ligações foram sendo desenhadas (e.g. Baptista et al, 2008), não cessando de se reconfigurarem; e porque os sítios sobrevivem a todas estas ligações, tal como as imagens de Didi-Huberman (2017:10), outras podem ser criadas e outras relações (ou comparações) podem ser ditas; apesar da singularidade de cada sítio resistir à síntese, ensaiamos uma vez mais a compreensão de histórias que se irão inevitavelmente adaptar à “ordem do discurso”. Neste texto procuraremos pensar estes recintos num quadro de análise mais amplo, num contexto alterado/marcado pela investigação em Castelo Velho de Freixo de Numão e Castanheiro do Vento, sobretudo a partir de 1994, quando S. Lopes publica um icónico trabalho de revisão e discussão da expressão “povoado fortificado” e das bases interpretativas que a sustentavam e onde apresenta o sítio de Castelo Velho como lugar monumentalizado (Jorge, S.O., 1994). Num momento em que se está a regressar ao estudo de recintos murados, como Crasto de Palheiros (Murça), Escoural (Montemor-o-Novo), Vila Nova de S. Pedro (Azambuja), Zambujal (Torres Novas) e Castelo Velho de Freixo de Numão (V. N. de Foz Côa) com a publicação onde se insere este texto, paralelamente ao estudo

contínuo de sítios como Castanheiro do Vento (V. N. de Foz Côa), e num momento em que se continua a assistir ao crescimento e aprofundamento do estudo de recintos de fossos na Península Ibérica, torna-se necessário re-visitare os recintos murados em contexto português, partindo da análise da arquitetura destes sítios para pensar acerca da possibilidade do “uso” do tipo “recinto murado” na compreensão destes espaços².

Neste sentido, procura-se rever as diferentes interpretações dos recintos murados a diversas escalas (da paisagem ao fragmento), segundo diversas perspetivas teóricas presentes na arqueologia portuguesa, para poder continuar a pensar estas arquiteturas, num movimento entre construção e uso, como experiências de habitação (Vale, 2011), como lugares, problemas e processos (Mendes, 2008) e como práticas de desenho criativo que emerge pela ação que planeia (Till, 2009). Procuraremos neste texto abordar algumas sínteses da Pré-história recente portuguesa que tratam especificamente da emergência, uso e abandono dos recintos murados em articulação com trabalhos de cariz monográfico, sobretudo para áreas geográficas não contempladas pelas sínteses regionais, tentando estabelecer um quadro temporal para os recintos murados em articulação com a discussão do estudo das temporalidades à escala do sítio. Serão também apresentados diferentes modos de construir e de usar o espaço dos recintos murados, sublinhando as distintas associações de múltiplas coisas que podem interagir na construção e uso dos sítios. Definido o enquadramento teórico e a descrição de casos específicos, enunciaremos um conjunto de pontos dos quais a interpretação destas arquiteturas se encontra dependente, sublinhando o carácter de *assembleia* destes espaços coletivos, que se apresentam como lugares de congregação (de seres humanos, não humanos e coisas), acentuando os tempos de duração, sazonalidade e tempo cíclico e as múltiplas escalas de monumentalização da paisagem.

² Este texto parte inevitavelmente do trabalho de investigação desenvolvido em Castanheiro do Vento por uma equipa da qual faço parte desde 2004 e da experiência no trabalho de campo em Castelo Velho de Freixo de Numão (como voluntária e depois como arqueóloga entre 1997 a 2003). Acresce-se que o trabalho de Susana Lopes têm sido inspiração e inquietação no meu percurso, “sendo notório” as minhas tentativas para responder e/ou desenvolver as questões formuladas ao longo do tempo pela autora.

2. OS RECINTOS MURADOS E AS (INCONCILIÁVEIS) INTERPRETAÇÕES

Os recintos murados peninsulares caracterizam-se pela existência de estruturas de base pétreas (designados por muros, muretes ou muralhas), de tendência circular [com exceções, como Porto das Carretas, Soares (2013) ou Pedra do Ouro, Schubart (1970)] que delimitam espaços genericamente concêntricos. Localizam-se em sítios proeminentes na paisagem, com amplo alcance visual e podem ser vistos de longas distâncias [no entanto, a amplitude visual destes sítios é distinta, por exemplo, Castanheiro do Vento, cuja cota máxima da colina é de 730m, “olha” uma ampla paisagem em todo o seu perímetro (e.g. Jorge et al, 2006), enquanto Monte da Tumba, situado a uma altitude máxima de 55m encontra a sul cotas mais elevadas que limitam o “horizonte” (Tavares da Silva e Soares, 1987:29)]. Os muros pétreos que encerram normalmente um recinto principal integram estruturas sub ou semicirculares, comumente apelidadas de “bastiões” e são intercetados por entradas, passagens ou portas. A delimitação do espaço por muros de base pétreas pode ser acompanhada por uma linha de fosso também concêntrica, como é o caso do Fortín 1 de Los Millares (Cámara Serrano & Molina, 2013) e Vila Nova de São Pedro (Arnaud et al, 2014-2015), ou por uma rampa/ talude pétreas, como em Castelo Velho de Freixo de Numão (e.g. Jorge, 2002) e em Crasto de Palheiros (Sanchez, 2003). O espaço definido pelos muros pétreos é variável, desde duas centenas de metros quadrados até vários hectares (e.g. Kunst, 2006:90 para os recintos situados no sul da Península Ibérica) Os recintos murados localizam-se na Península Ibérica e sul de França (área do Languedoque). Em 1994 contavam-se 69 recintos murados peninsulares (Jorge, S.O., 1994) e em 2003 Chapman refere que existiriam entre 90 a 100 sítios na Península Ibérica, assinalando que seriam mais “comuns” do que originalmente previsto (Chapman, 2003:169), o que também foi confirmado por Cardoso (2007:341-360) com a identificação de 11 possíveis recintos murados³ numa área geográfica

³ Segundo Cardoso (2017), em 2013, 17% dos sítios arqueológicos identificados no Alto Douro inseriam-se no tipo “recintos”, ainda que o autor note que a continuação dos trabalhos de campo pode fazer recuar este número. Define recintos como “sítios de cumeada delimitados por uma ou mais linhas de muretes. Estas linhas definidoras de um espaço apresentam interrupções (passagens, estruturas subcirculares incorporadas), por vezes os vestígios de ocupação não se limitam ao seu topo, existindo ao longo da encosta.” (ibid.:76)

restrita no Alto Douro Português⁴. No portal do arqueólogo estão registados 69 “povoados fortificados” (nos quais se integram alguns recintos de fossos, ainda que alguns arqueólogos tenham começado a adotar a nomenclatura “recintos” para classificação dos sítios com fossos) datados do “Calcolítico” em Portugal. Vieira (2015) discutiu os problemas inerentes à classificação de sítios arqueológicos em utilização, neste momento pela DGPC, e desenha uma nova tabela tipológica assente nos trabalhos arqueológicos mais recentes e tendo em consideração as diferentes abordagens teóricas; os sítios aqui em estudo pertenceriam ao tipo “recintos fechados murados” (ibid:81).

A interpretação dos recintos murados peninsulares não tem sido consensual. Muitos autores continuam a defender a explicação de “povoado fortificado” a qual se baseia na dependência entre semelhanças formais e atribuições funcionais, ou seja, pressupõe a direta articulação entre forma e função (e.g. Cardoso, J.L., 2003; Gonçalves, 2010⁵; Kunst, 2010; Mataloto et al, 2007; Morán & Parreira, 2003; Soares, 2013; Sousa, 2010). No entanto, o mesmo nome não pressupõe perspectivas semelhantes sobre as estruturas políticas e sociais das comunidades que construíram e habitaram estes espaços nem sobre os modos de usar os espaços dos recintos murados. Alguns autores (e.g. Morán & Parreira, 2003) integram estes sítios numa rede de povoamento hierarquizado e num processo de consolidação de formas pristinas de Estado, na linha de Nocete (2001), enquanto outros investigadores consideram que a estrutura social estaria ainda assente em relações de parentesco durante a primeira metade do III milénio AC, partilhando dos pressupostos do materialismo histórico (e.g. Tavares da Silva e Soares, 2010 & Soares, 2013). Em relação às formas de usar o espaço, continua-se por um lado a sublinhar o carácter defensivo e a utilidade dos recintos como reduto defensivo (e.g. Kunst, 2000) e por outro tem sido realçado o papel dos recintos murados como espaços de reunião e negociação (também simbólica) (e.g. Mataloto, et al, 2017), acentuando o seu carácter de monumento (“ambíguo” segundo Soares, 2013:347).

⁴ A região de estudo encontra-se delimitada a Norte pelo Rio Douro, a Este pela Ribeira de Aguiar, a Sul pela Serra da Marofa e a Oeste pelo Rio Torto (Cardoso, 2007).

⁵ Anotamos, no entanto, a voz discordante de Senna-Martinez neste debate, onde o autor refere estes espaços como resultado de estratégias de monumentalização e alerta para o facto de se continuar a aplicar o nome “povoado fortificado” de forma acrítica.

Valera (2007) propõe, na região de Fornos de Algodres, a existência de “recintos”, entendidos como sítios fortificados, mas com usos diferenciados - locais residenciais, como o Crasto de Santiago, ou de carácter simbólico, como Fraga da Pena. Outros autores (e.g. Cardoso 2007; Jorge, S.O., 2005; Jorge, V.O. et al, 2006; Sanches, 2008; Vale, 2011) têm adotado a designação de colina monumentalizada⁶, para designar espaços de reunião, e abrir o espaço a uma grande diversidade de atividades, com o objetivo de conectar o sítio construído com a colina/local de implantação e a paisagem, e de acentuar as práticas de monumentalização da paisagem durante o III milénio AC, sublinhando os processos de apropriação efetiva dos territórios habitados pela construção e uso de arquiteturas complexas, coletivas e visualmente dominantes. Esta linha usa também a designação de “recinto murado”. Estamos convictos que este nome, não neutro, mas despido de funcionalidade e sem condicionar a interpretação indicando escala e ação, pode permitir criar um tipo de sítio e, desta forma, abrir as possibilidades de comparação e compreensão dos processos históricos subjacentes a estas arquiteturas complexas.

3. CRONOLOGIA, PERIODIZAÇÕES E TEMPORALIDADES

A cronologia destes sítios aponta para um intervalo amplo de construção e uso, e apesar das especificidades regionais, o início da construção dos muros pétreos parece situar-se por volta de 2900/2800 AC e o abandono destas estruturas parece ocorrer por volta de 2300/2200 AC⁷ (a partir das sínteses efetuadas por Gonçalves & Sousa, 2006; Mataloto & Boaventura, 2009; Lopes

⁶ Apesar da designação de colina monumentalizada ser amplamente utilizada desde 1998 e na sequência da nomenclatura de “lugar monumentalizado” (Jorge, 1994), no Dicionário de Arqueologia Portuguesa, os sítios de Castanheiro do Vento ou Castelo Velho são explicados segundo a abordagem tradicional de “povoados fortificados” (Cardoso, 2012 a e b).

⁷ Alguns recintos continuam ativos durante o Bronze Antigo e Médio, como é o caso do Zambujal - a fase de construção 4 prolonga-se até 1900 e a 5ª fase do sítio situa-se entre 1830 e 1740, continuando o sítio a ser entendido e construído como fortificação (Kunst, 2017), e ainda o caso de Castelo Velho de Freixo de Numão onde foram intensamente estudadas as “continuidades” e “descontinuidades” entre o Calcolítico e a Idade do Bronze (e.g. Jorge, 2005). No entanto, a construção e uso destes sítios na transição do Calcolítico para a Idade do Bronze implica outras questões que não serão abordadas neste texto.

& Bettencourt, 2017). No Alto Douro e Trás-os-Montes continuam a ser reutilizados segundo estratégias similares até ao fim do milénio (Lopes & Bettencourt, 2017)

Segundo Lopes e Bettencourt (2017), no Norte de Portugal, a construção de espaços monumentais terá ocorrido no início do III milénio AC. No entanto, enquanto o Nordeste regista grandes alterações nas *dinâmicas sociais* no fim do III milénio/ inícios do milénio seguinte, o Noroeste português parece denunciar o arranque da fase transição logo em meados do III milénio AC com o aparecimento de novos lugares sepulcrais, inumações individuais ou restritas, armas em cobre ou adornos em prata e ouro, paralelamente à gravação de punhais e alabardas na arte rupestre; estas novas realidades estarão ligadas à ascensão de elites que iniciam *novos contactos transregionais*. A periodização proposta por Lopes e Bettencourt tem também em consideração a decoração cerâmica, destacando-se a presença de incisas metopadas (ainda que escassas) no recinto da Sola I (o único recinto murado identificado no Noroeste português) e decoração penteada aditiva no Alto Douro assim como cerâmicas excecionais como a cerâmica com decoração tipo oculada e a cerâmica campaniforme, esta última datada da primeira metade do III milénio AC em Crasto de Palheiros e em Castelo Velho de Freixo de Numão (ibid: 475 e referido recentemente em Sanches et al, 2018). As autoras sublinham a necessidade do estudo da rede de lugares simbolicamente conectados no sentido de compreender o papel social da estilística cerâmica nos processos identitários⁸.

Na região de Fornos de Algodres (Guarda) dois recintos murados foram intensivamente estudados no contexto local de povoamento, e analisados como elementos ativos nos processos de construção de identidades (Valera, 2007). Segundo Valera, o recinto, dito fortificado, do Castro de Santiago terá sido construído no 1º quartel do III milénio AC e provavelmente abandonado ainda dentro da 1ª metade do mesmo milénio. O segundo recinto murado, Fraga da Pena, um *tor* granítico, monumental e monumentalizado por muros pétreos que se conjugam com os aforamentos, terá sido construído nos finais do III milénio AC, parecendo denunciar tradições de práticas

⁸ Salienta-se que Helena Barbosa encontra-se a desenvolver um projeto de doutoramento na FLUP, financiado pela FCT, e orientado por Maria de Jesus Sanches, sobre o estudo da construção e consolidação de identidades coletivas na Meseta Norte Ocidental através da análise da iconografia da arte rupestre e decoração cerâmica.

construtivas utilizadas previamente na construção do Castro de Santiago. Enquanto que o primeiro tem, segundo o autor, funções residenciais, o segundo adquire um carácter simbólico, pela localização, construção (nomeadamente a existência de uma entrada orientada ao nascer do sol no Solstício de Verão) e componente artefactual identificada. As formas e decoração cerâmicas são estudadas pelo autor através de análises comparativas entre sítios e ao longo da duração dos sítios, notando-se um predomínio das decorações incisadas (caneluras e motivos em espinha) na 1ª metade do III milénio AC; a decoração penteada cresce na 2ª metade do milénio, provavelmente indicando influências vindas de norte, e a cerâmica campaniforme, muito presente em Fraga da Pena, data dos finais do 3º quartel do III milénio AC.

Gonçalves e Sousa (2006) referindo-se ao caso da Estremadura, mais concretamente às Penínsulas de Lisboa e Setúbal, entendem que os recintos murados sucedem as estratégias de habitação das populações indígenas. Os autores assumem um hiato entre os povoados abertos datados do Neolítico Final e os recintos murados datados do Calcolítico Inicial, patente em sítios como Leceia. A rutura com o sistema de povoamento neolítico teria sido causada pela disseminação de formas e técnicas construtivas procedentes da Andaluzia, o que justificaria a semelhança de sítios como Vila Nova de S. Pedro e Zambujal, apelidados de povoados fortificados de porte médio, ou como Santa Justa e Monte Novo dos Albardeiros, nomeados de quintas fortificadas. Gonçalves e Sousa reconhecem o papel fulcral da decoração cerâmica na periodização regional, na medida em que permite aos autores a divisão entre Calcolítico Inicial e Médio, impossível de diferenciar através de datações absolutas. Assim, o Calcolítico Inicial (1ª metade do III milénio AC) nas penínsulas de Lisboa e Setúbal é caracterizado pela presença de copos e taças caneladas, momento que corresponde ao aparecimento dos primeiros recintos murados. O Calcolítico Médio (meados e 2ª metade do III milénio AC) é definido pela decoração folha de acácia e corresponderá ao momento de desestruturação do “sistema defensivo”.

Segundo Mataloto e Boaventura (2009) os recintos murados no Sul de Portugal fazem parte de uma reestruturação profunda do povoamento, no entanto, não justificada por modelos difusionistas, tal como proposto por Gonçalves e Sousa (2006)). Para Mataloto e Boaventura (2009), para quem os recintos murados no Alentejo sucedem e coexistem “com povoados “indígenas” com fossos e estruturas negativas” (ibid. 248), devido à presença

de soluções arquitetônicas complexas, como a construção de fossos e muros pétreos no mesmo sítio arqueológico, como é o caso da Salgada, Rio de Moinhos, Borba (e San Blas, Espanha). Segundo os autores, também as datações absolutas não permitem reconhecer diferenças significativas entre os recintos murados da Estremadura e os do sul do país (ibid.:58). Os autores apelidam o momento de construção de recintos murados no Sul de Portugal de *movimento de “encastelamento”* (ibid.:59), o qual parece ser precedido por povoados abertos (sobre os quais se constroem fortificações, como é o caso de S. Pedro e do Escoural) e seguidos novamente de povoados abertos (caso registado no sítio de S. Pedro). Mataloto e Boaventura apontam o começo da construção de recintos murados no sul de Portugal para o início do III milénio AC, mas logo no segundo quartel do III milénio AC verifica-se o abandono de diversos povoados fortificados no território alentejano (como S. Gens), paralelamente ao abandono de muitos povoados de fossos e a emergência de uma “nova rede de povoamento fortificado” estruturada em torno de grandes povoados (como os Perdigões, San Blas ou Porto Torrão) (ibid.: 62). Em meados do III milénio AC / inícios do 3º quartel do III milénio AC, parece verificar-se a entrada de um “novo paradigma, onde as antigas fortificações já não têm lugar” (ibid.:60) e dá-se o abandono generalizado dos recintos murados podendo alguns dar origem a povoados abertos (como S. Pedro), fenómeno semelhante ao registado na Estremadura (caso de Leceia). O estudo da tipologia cerâmica tem um papel de destaque na periodização proposta pelos autores, sendo o Calcolítico (fase 3) caracterizado por recipientes de bordo espessado (ibid.:63).

As temporalidades dos recintos murados têm sido estudadas pela arqueologia que nomeia estes sítios como “povoados fortificados” segundo fases de construção e fases de ocupação. A fase de construção é normalmente de curta duração e implica a existência de um projeto prévio à execução. A construção é lida como uma atividade técnica onde são equacionadas as características físicas dos materiais de construção empregues, as técnicas de construção utilizadas e em alguns casos o esforço humano investido. Nesta linha de análise, finalizada a fase de construção inicia-se a fase de ocupação. A fase de ocupação é o período onde a arquitetura, que se confunde com o espaço construído, é o cenário, é permanente, é material de longa duração, é o palco onde as atividades se repetem no tempo, associando a fixidez da forma à função. Esta fase é normalmente representada por períodos longos

de habitação e repetição de tarefas onde os espaços construídos segundo um projeto e com uma finalidade funcional específica são ocupados, e onde essas mesmas atividades, já determinadas antes da construção, são desempenhadas. Muitas vezes, estas tarefas dividem-se por género, sem que haja sustentação arqueológica ou mesmo antropológica para o estabelecimento destas categorias e não raras vezes estão imbuídas de preconceitos e afirmações usadas sem crítica porque se creem neutras e universais (já tivemos oportunidade de discutir este aspeto em Vale, 2015).

Nos anos 90 do século XX, Lopes alertou para o facto da arquitetura não poder ser lida como espelho das estruturas sociais, políticas ou económicas das sociedades pré-históricas nem apenas como cenário passivo de um conjunto de atividades que se teriam desenrolado no interior ou à volta dos dispositivos construídos (Jorge, S.O., 1994). Outros autores, partilhando da explicação de povoados fortificados para os recintos murados, têm chamado à atenção para o carácter complexo da construção e ocupação destes sítios propondo estudar as biografias dos sítios, conscientes das alterações constantes (não só construtivas) da vida dos recintos, sublinhando a multiplicidade de histórias e funções que terão ocorrido no interior destes espaços ao longo de centenas de anos (Mataloto et al, 2007).

No caso de Castelo Velho de Freixo de Numão, tentou-se “...ao longo de quinze anos, (...) um faseamento com base no paradigma estratigráfico. Em 2003⁹ abandona-se esse faseamento e assume-se a existência de apenas *três grandes momentos de “domesticação”* do morro.” (Jorge, S.O. et al, 2007:79). Estes momentos coincidem com a fase anterior à construção do recinto, datada de inícios do III milénio AC, com a fase de construção e uso do recinto (completamente construído em meados III milénio AC) que se estende desde inícios do III milénio à segunda metade do II milénio AC e com a última fase referente ao fecho do recinto, que terá ocorrido por volta de 1300/1200 AC. Nesta proposta de faseamento para Castelo Velho, as tradicionais fases de construção e ocupação são intencionalmente confundidas e apelidadas de “momentos de domesticação” e as alterações registadas no sítio integram a interpretação de um recinto construído e vivido de forma continua ao longo de um milénio. Também no sítio Crasto de Palheiros (Murça) foram delineadas grandes “fases” da vida do sítio, estabelecendo-se intervalos

⁹ Os autores referem-se a S. O. Jorge, 2003a e 2003b

de tempo alargados para a construção e uso, sublinhando a dificuldade em definir relações de contemporaneidade entre algumas estruturas (Sanches, M.J., 2008). “A dificuldade de relacionar no terreno, realidades estruturais, que já de si são dinâmicas na sua constante elaboração e reconfiguração, em áreas diferentes do sítio.” (Cardoso, 2007:101) foi também assinalada em Castanheiro do Vento.

A forma como a investigação em Castelo Velho, Castanheiro do Vento e Crasto de Palheiros questionou o tempo atendeu a outros fatores que permitiram pensar a espessura temporal da construção e uso do sítio, como foi desenvolvido por McFadyen (2016). McFadyen percebeu, muito cedo no seu percurso de investigação, que as divisões compartimentadas entre arquitetura, ou plano prévio, construção, ou execução desse mesmo plano e ocupação do edifício construído não se encaixavam nos sítios que escavava (um conjunto de *tumuli* neolíticos no norte de França e estruturas megalíticas tipo “long cairn” no sul de Inglaterra) (2013:138). A autora sugere então a arquitetura como prática, que se constrói pela experiência e convoca diferentes tipos de participação durante a construção. Segundo a autora, “O design não se relaciona simplesmente com inovação mas é um pensar através/com/pela prática e está ativamente envolvido nas mudanças e alterações e uso que ocorrem ao longo do caminho, e é parte do processo de feitura” (ibid.:139, tradução nossa). Neste processo de feitura dos sítios, dos edifícios, uma multiplicidade de coisas pode integrar a construção e não é possível estabelecer uma linha divisória entre materiais de construção e outros materiais utilizados em tarefas do dia-a-dia. O estudo que realizou sobre a fragmentação cerâmica no sítio de Castelo Velho de Freixo de Numão permitiu adicionar uma nova dimensão ao seu trabalho (McFadyen, 2016). A análise contextual de fragmentos cerâmicos atendendo ao tamanho e erosão das superfícies e arestas possibilitou indagar acerca da relação temporal entre a fragmentação de um vaso e a integração no depósito final dos fragmentos cerâmicos. A grande maioria dos fragmentos era de tamanho médio (comprimento entre 3 e 6 cm), sem colagens. Segundo a autora, a distância temporal que ia entre o partir de um vaso e a deposição dos fragmentos não era imediata; estas comunidades viveriam literalmente com fragmentos. A sua inserção em estruturas muito tempo após a fragmentação do vaso permitiu a McFadyen falar acerca da construção contínua do sítio, como refere: “O uso das coisas no Calcolítico não é algo que surge após o design,

mas esteve sempre presente como uma pré-condição da criatividade.” (2013: 146, tradução nossa)

4. CONSTRUÇÃO, MODOS DE USAR O ESPAÇO E OUTRAS RELAÇÕES

Muitos pré-historiadores portugueses definem, ou entendem implicitamente, a arquitetura enquanto o edifício construído do passado, pressupondo a existência de um projeto, ou a definição da intenção original e a construção posterior do edifício (já referido em Jorge, S.O. 2007). O projeto da forma tem já associada a função a desempenhar nos espaços a construir, permanecendo mais ou menos inalterados, por vezes, ao longo de milénios. A construção é, dentro desta linha, uma ação pouco demorada no tempo, à qual se segue a ocupação durante a qual, como já referido, o espaço construído é estudado como cenário (passivo) das tarefas que já se lhe encontram adstritas. No entanto, estudos recentes põem em causa esta premissa. Cardoso (2007) avançou que o sítio de Castanheiro do Vento foi construído por módulos, ou seja, por segmentos de murete que se vão adicionando e formando a planta que hoje registamos. A construção por segmentos leva o autor a enfatizar a construção contínua do sítio e a possibilidade de fazer e refazer constantemente, alterando módulos, cujas bases pétreas teriam paredes em terra crua, material que sublinha a plasticidade da(s) prática(s) de fazer o sítio. Díaz-del-Río (2008) sugeriu que os recintos murados de Boussargues, Los Millares e também Castanheiro do Vento teriam sido construídos por segmentos, o que, segundo o autor, *não é apenas uma boa metáfora mas o resultado da estrutura social que os construiu* (ibid:134); Díaz-del-Río acentua o carácter segmentário destas comunidades, pouco hierarquizadas, as quais se reuniram na construção destas obras coletivas de forma cooperativa e salienta que a construção por segmentos pode envolver um *conhecimento prático que se transmite de geração em geração* mas não requer um projeto prévio (ibid.135). Valera (2013a) também referiu para o caso dos recintos de fossos do Sudoeste Peninsular a construção contínua das estruturas em negativo e, no contexto europeu, Chris Evans sublinhou, em 1988, que os fossos dos recintos neolíticos deveriam ser entendidos como “atos de cercamento”, materialmente expressos pela escavação de segmentos de fosso ou de fossas que se interconectavam. Desta forma, estes sítios indicam um desenho que ia sendo construído.

A emergência dos sítios pela construção contínua parece implicar formas distintas de usar estes espaços. A semelhança formal dos recintos murados dada pela planta (arqueológica), desenhada em muitos casos pela adição sucessiva de segmentos, engloba uma grande diversidade de usos e de organização interna dos recintos. Esta diversidade é sublinhada pela presença de ossos humanos em alguns recintos murados, como Castelo Velho de Freixo de Numão e Zambujal. No caso de Castelo Velho foram identificados 8 a 10 indivíduos em deposição secundária, depositados de forma estruturada e formalizada no interior de uma estrutura semicircular (Jorge, S.O., 1998 e 2014). Em Castelo Velho, a estrutura com ossos humanos faz parte de uma complexa rede de relações e significados, o que reforça a interpretação do sítio como ponto de reunião onde diversas atividades são performatizadas, onde diversos usos são ensaiados.

Nos casos de Zambujal e Leceia (Kunst et al 2014) as explicações são diversas para a identificação de ossos humanos no espaço dos recintos e estes sítios encontram-se também em relação com locais próximos de enterramento (Bolores, a 2km de Zambujal e o Locus 3 de Leceia, uma gruta natural localizada na vertente este da escarpa de Leceia). A explicação para o aparecimento de ossos humanos no recinto de Leceia parece tentar relacionar estas evidências com a interpretação do sítio como povoado fortificado, segundo a qual estes mesmos vestígios seriam resultado de mortes em combate; no entanto, porque datam de períodos em que o sistema defensivo já não estaria operacional, coloca-se a hipótese de serem mortes ocasionais cujos corpos foram enterrados no recinto. No caso do Zambujal são enumerados múltiplos cenários (enterramentos primários e secundários, manipulação de relíquias, transporte de ossos humanos em terras oriundas de outros contextos para a construção do próprio sítio, entre outras), não descartando, no entanto, possíveis mortes ocorridas durante a ataques ao sítio. A identificação de ossos humanos no interior destes recintos fez alargar as possibilidades de uso destes espaços, estando, por exemplo, contemplado como possibilidade na nova fase de intervenção arqueológica em Vila Nova de São Pedro (Arnaud et al, 2014-2015).

Lopes e Bettencourt (2017), na definição de recinto murado, destacaram as deposições estruturadas de diferentes “coisas”, que podem integrar ossos humanos (fragmentos de esqueletos) em relação com outros materiais, como no caso de Castelo Velho de Freixo de Numão. Para as autoras estes sítios integram o tipo “lugares com funções cerimoniais”, juntamente com recintos

de fossos, abrigos com deposições e recintos de estelas (como é o caso de Cabeço da Mina, Vila Flor), devendo ser equacionados em relação com lugares sepulcrais/espços de manipulação de restos humanos e com locais de arte rupestre. Denunciador de diferentes escolas teóricas, na Estremadura, Alentejo e Algarve, os recintos murados são abordados em relação com sítios apelidados de “povoados”, que implicam, uma “vivência doméstica” (Gonçalves & Sousa, 2006 e Mataloto & Boaventura, 2009). No sul do território português o estudo dos recintos murados liga-se também ao dos recintos de fossos, cuja construção e uso terá começado por volta de meados do IV milénio AC¹⁰. Apesar da distribuição geográfica (e a sua relação com outros

¹⁰ Recentemente estes sítios foram analisados tendo em consideração novos sítios e novas datações absolutas (Valera et al, 2017). Segundo os autores, estes sítios, cuja emergência começa em meados do IV milénio AC (por volta de 3450/3400 AC) estão em relação com os monumentos megalíticos (cromeleques e menires) cujos dados atuais situam num momento anterior à construção dos recintos de fossos. Estas arquiteturas mais antigas estariam em relação com o processo de monumentalização da paisagem, intensificado a partir de meados do IV e ao longo do III milénio AC, materializado na construção de recintos de fossos. Os autores apontam algumas semelhanças nos projetos destes dispositivos: a orientação a Este das plataformas naturais onde foram construídos e a relação com “eventos astronómicos” (ibid.:73/74). Estes diferentes recintos parecem denunciar uma partilha ideológica que se evidencia na necessidade de marcar a paisagem pela construção de lugares de carácter cerimonial e de natureza simbólica. Os autores sublinham outras continuidades - as verificadas nos recintos de fossos, evidenciado uma “continuidade da tradição” (ibid.: 71) ao longo da segunda metade do IV e III milénios AC, presente não só na clara tendência circular e concêntrica da sua organização arquitetónica, mas também na construção por segmentos, na (re)escavação constante nos fossos e semelhanças nas soluções de enchimento dos fossos (marcadas pela presença de ossos humanos em relação com outras pequenas coisas). Estas características parecem remeter para uma construção ativa e prolongada no tempo e um uso contínuo do espaço. Mas a continuidade nos modos de fazer e usar os recintos não é apenas lida nas semelhanças, mas também na própria diversidade destes sítios; registam-se diferenças na implantação topográfica, no tamanho, número, profundidade e largura dos fossos, na morfologia dos fossos (sinuosos e lineares), na forma dos recintos (alguns fossos não delimitam completamente um espaço interior). As continuidades sublinhadas pelos autores parecem denunciar uma progressiva monumentalização da paisagem entre o Neolítico e Calcolítico, inferindo uma partilha conceptual, integrada numa necessidade ideológica crescente de criação de sítios cerimoniais e simbólicos. Esta abordagem aos recintos de fossos aproxima-se à referida por Lopes e Bettencourt (2017) para os recintos murados.

Uma outra abordagem aos recintos de fossos, segundo uma linha marcadamente processualista, tem sido desenvolvida por F. Rodrigues (2015, 2017), propondo explicar os recintos de fossos como sítios residenciais, habitados permanentemente. Segundo a autora, os recintos de fossos, surgem como resposta a um conjunto de fatores: aumento demográfico, aumento da produção pela aplicação de modos de produção “mais eficientes”, migrações populacionais e alterações climáticas o que terá provocado a necessidade de controlo territorial efetivo e a construção de polos de agregação social de carácter residencial.

sítios à escala europeia), da implantação topográfica, das dimensões, das relações de visibilidade/ intervisibilidade e da duração dos recintos de murados ser diferente dos recintos de fossos (Jorge, 1999: 105-106), a sua semelhança ao nível da planta, sobretudo entre os recintos de fossos sinuosos e os recintos murados, tem motivado os arqueólogos a discutirem a sua relação e possibilidade de comparação. Mataloto e Boaventura (2009), referem que as “estruturas de fortificação” marcam a paisagem alentejana na 1^a metade do III milénio AC, integradas num movimento de transformação, o qual terá arrancado no milénio anterior, facto sublinhado pelas “notáveis similitudes” entre a forma dos recintos murados e a dos povoados de “fossos serpenteantes” datados dos finais do IV milénio AC, associado a um movimento de “efectiva sedentarização”. Outros autores sublinharam, no entanto, a impossibilidade de comparação entre recintos murados e recintos de fossos, como Márquez Romero e Jiménez-Jáimez (2010). Os recintos murados, segundo os autores, poderão fazer parte da emergência de novos sítios na Europa (como os henges no Reino Unido e Irlanda) que ditam o fim dos recintos de fossos, apesar de na Península Ibérica a persistência de recintos de fossos já no III milénio AC implicar a convivência entre estes dois tipos de estruturas, ou seja, a coexistência de *paisagens culturais* distintas durante centenas de anos (ibid.:530)

Valera (2016) propôs a interpretação do recinto Fraga da Pena (Fornos de Algodres), datado dos fins do III milénio AC, como um centro cerimonial, construído atendendo a orientações astronómicas, situação verificada nos recintos de fossos estudados pelo autor (Valera, 2013a). O autor levanta a questão da possibilidade de identificação de espaços sagrados por oposição a espaços profanos na Pré-história, questão debatida também por Lopes (Jorge, S.O., 2012 e 2014), discussão cuja natureza e abrangência excede os propósitos deste texto. O sítio de Fraga da Pena é constituído por dois recintos rodeados por muros pétreos de grande envergadura que aproveitam e se conjugam com o afloramento rochoso, monumentalizando um espaço que já anteriormente teria sido monumental atendendo à sua especificidade geomorfológica (também no caso de Castelo Velho foi enfatizado o papel da “volumetria das pré-existências rochosas” (Jorge, 2005:10) na construção e uso do sítio). Em Fraga da Pena, uma das entradas está orientada ao nascer do sol no Solstício de Verão, e Valera (2016) está atento ao jogo de luz e sombra no recinto durante o dia. Este exercício parece, no entanto, não

apresentar resultados semelhantes para outros recintos murados, como Castanheiro do Vento, onde a existência de três muretes concêntricos com múltiplas entradas não coincidentes, dificultam o estudo de percursos de acesso ao recinto principal. No caso de Castelo Velho, Lopes equacionou o “jogo cénico implícito na presença/ausência de *entradas*” (Jorge, S.O., 2002), equacionado as durações e relações de contemporaneidade das 7 entradas do recinto principal. Apesar de não se reconhecerem orientações astronómicas na construção destas entradas, o sítio (e as suas aberturas) articula-se com a paisagem: Castelo Velho “olha” o Monte de S. Gabriel (ibid: 134).

5. DISCUSSÃO - A ARQUITETURA DOS RECINTOS MURADOS

A interpretação destes sítios encontra-se articulada com as possibilidades de compreensão da prática da arquitetura. Da arquitetura entendida/estudada enquanto *experiência, materialidade, problema e processo*, como *lugar, programa, construção e uso* ou *habitação* (a partir de Mendes, 2008). Atendendo à exposição (perigosamente) sumária dos recintos murados portugueses parece-nos importante acentuar um conjunto de pontos dos quais a análise destes sítios depende e se estrutura:

- Estes sítios deverão ser nomeados “recintos murados” (nome já referido em Jorge, 1994, 2002; Vale, 2011; Cardoso, 2017 e Vieira 2015). O tipo “recinto murado” pode ser considerado como um descritor de uma estrutura formal que se refere a um conjunto de sítios que denunciam semelhanças formais. No entanto, o reconhecimento do mesmo tipo não implica a aplicação de explicações semelhantes. Conhecendo as diversidades regionais, a determinada altura, parece ter existido uma tendência para construir uma forma que possibilita o reconhecimento de um tipo, hoje. A neutralidade do nome, no entanto, não pressupõe uma neutralidade no discurso. Chamar recinto murado a estes sítios cria as condições para questionar outros caminhos interpretativos e prestar atenção a outros detalhes. Nesta linha, a planta destes sítios não é entendida como o projeto ou a planta arquitetónica, pois trata-se de parte do registo arqueológico e só pode ser manuseado tendo em consideração esse aspeto (Vale 2011, 2017);

- A inserção de um sítio no tipo “recinto murado” não ilude a dependência de cada lugar à topografia, paisagem e recursos pois não se tratam de formas arquitetónicas que se “aplicam” a um meio “inerte”, mas emergem da especificidade do local e das comunidades de construtores e habitantes, das suas necessidades, anseios, projeções, formas de estar e entender o mundo; são formas de compreensão do mundo, sobretudo na sequência do que vem sendo trabalhado pelas equipas de Castelo Velho de Freixo de Numão (e.g. Jorge, 2005 e Jorge et al, 2007), Castanheiro do Vento (e.g. Jorge et al, 2006), Crasto de Palheiros (e.g. Sanches, 2008) e também por Valera (2007);
- O tipo em arquitetura refere-se à possibilidade de reconhecer aspetos formais similares, os quais não pressupõem, no entanto, usos semelhantes (em diferentes espaços formalmente semelhantes ou num mesmo espaço cuja forma permanece mais ou menos inalterada ao longo do tempo), na linha do definido pelo arquiteto C. Martí (1993) na definição de tipo arquitetónico. Segundo o autor, o tipo não pressupõe a repetição da forma pois o tipo, referente a um conceito, reúne manifestações específicas que pertencem a um lugar, e nesse sentido, cada forma é irrepetível. Os tipos “germinam e transformam-se no terreno da experiência histórica” mas “escapam a explicações estritamente evolucionistas e a reduções cronológica” (ibid: 26). As formas recorrentes, no entanto, não são formas estáticas, e a tipologia arquitetónica, tal como a tipologia artefactual, permite a análise do que está em formação (a partir de Sørensen, 2015), ou seja, permite o estudo da construção e uso decorrentes das contínuas práticas de habitar;
- A forma terá de se desligar da função. O tipo permite o reconhecimento da mesma forma, mas o estudo da arquitetura é dependente de cada sítio em particular, da sua singularidade e especificidade (na linha de C. Martí, 1993). As funções ou usos terão sido diversos entre sítios (como referimos para o caso de Castelo Velho e Zambujal) mas também à escala do sítio terão mudado ao longo dos séculos – a permanência da forma não implica a permanência da atividade, assim como a articulação dos recintos murados com outros sítios está dependente da “ocupação” da paisagem concretizada de diferentes formas ao longo do atual território português. Cremos que a construção dos recintos murados se relaciona com os recintos de fossos (na sequência de Mataloto e Boaventura, 2009),

mas a articulação entre recintos depende da paisagem onde se encontram. No Alto Douro português, a ausência até ao momento de recintos de fossos pode permitir equacionar se os recintos murados no Alto Douro emergem de formas de compreensão do espaço que fazem referência a outras materializações;

- Os recintos murados inserem-se em estratégias de monumentalização do espaço através da construção de espaços coletivos e assumem-se enquanto espaços estruturadores e de negociação de identidades coletivas. Este aspeto é também discutido por Gomes (2017) e Lopes em Jorge (1999) aborda o processo de monumentalização na longa diacronia; esta perspetiva vai de encontro à *dwelling perspective* definida por Ingold (2000) e trabalhada por Jorge et al (2006). Este processo é também assinalado por Soares (2013) na análise da paisagem de Porto das Carretas e o tema tem sido pensado no contexto dos recintos de fossos do sudoeste peninsular por Valera (2012); refira-se igualmente o trabalho de Criado-Boado (1993) no contexto do megalitismo. Em 1994, Lopes apelida Castelo Velho de monumento ou lugar monumental. O nome “monumento” acentua a escala do dispositivo construído que marca a paisagem e o controlo visual do espaço envolvente; por outro lado, o nome monumento está ligado ao papel congregador do sítio, enquanto obra coletiva mas também enquanto espaço de reunião de vários grupos ao longo de várias gerações. No entanto, a referência ao termo monumento pode implicar a concentração excessiva na imponência do edifício, entendendo-o apenas como sítio excecional. Tendo estes aspetos em consideração, tem vindo a ser trabalhado o processo de monumentalização da paisagem (e.g. Jorge, 2005; Jorge et al, 2006; Sanches, 2007; Valera, 2007) que implica a ideia de prática e movimento, que extravasa o sítio e o integra num processo histórico particular que se exprime através de práticas de habitar paisagens particulares e permite uma abordagem mais ampla onde outros detalhes podem ser equacionados (como fragmentos cerâmicos), não como partes de um monumento mas integrados em práticas de monumentalização (em processos sociais dinâmicos). O nome “colina monumentalizada” de Castelo Velho e Castanheiro do Vento pressupõe a ação de monumentalizar e não se refere apenas ao carácter monumental do edifício/colina (e.g. Jorge, 2005 e Jorge et al, 2006);

- Os recintos murados são sítios de longa duração, denunciando o investimento contínuo em sítios particulares, o que indica o seu papel fulcral na estruturação da vida das comunidades passadas, ao longo de gerações. A durabilidade destes sítios cria as condições para que diferentes práticas e coisas, seres humanos e não humanos, entrem em relação, ao mesmo tempo que permite a permanência de formas de habitar (ver como os sítios monumentais, recintos ou não, emergem como espaços de consignação, que chamam a si e ordenam, em Gomes & Baptista, 2017). No entanto, as durações destes sítios são distintas, o que implica diferentes estratégias de ocupação do espaço dependentes das permanências/transformações das identidades coletivas. A reutilização ou ocupação contínua (ainda que segundo estratégias de habitar distintas) de Castelo Velho, desde inícios do III milénio AC até 1300 AC (data do fecho do sítio), obriga a pensar este espaço de forma distinta daqueles que foram sofrendo reformulações construtivas profundas ao longo da sua vida, como S. Pedro, ou de sítios como Castro de Santiago, ativo por poucas centenas de anos, mas cuja memória parece ter continuado pela construção de Fraga da Pena, centenas de anos após o abandono do primeiro;

- Estes sítios são espaços ligados à memória e à tradição porque têm globalmente uma longa diacronia mas terão surgido como construções inovadoras e em algumas paisagens são os primeiros dispositivos que se impõem com a escala, dimensão e investimento destes sítios, como já foi referido por Valera (2016) e como tentamos demonstrar à escala de Castanheiro do Vento (Vale, 2011). Sanches (2007:22) compara as técnicas construtivas dos taludes pétreos do Crasto de Palheiros às técnicas utilizadas na construção de mamóas, ligando o recinto a um território identitário com raízes no IV milénio AC (análise que também já apresentada em Jorge (2002) para o caso de Castelo Velho de Freixo de Numão). A continuação dos modos de fazer não é entendida, no entanto, como o repetir das mesmas práticas como cópias não criativas; são espaços que se mantêm abertos à inovação e criatividade (seja de soluções construtivas, seja através do uso e transformação de diferentes matérias-primas e objetos);

- Os recintos murados são espaços que acentuam o tempo sazonal, intimamente ligado a comunidades agrícolas, mas também implicado na presença

de elementos cujo aparecimento/obtenção é sazonal ou da própria construção daqueles que terão tido construções em terra crua (que só pode ser realizada em certas alturas do ano); o tempo cíclico está presente na orientação astronómica de Fraga da Pena (Valera, 2016); o ritmo sazonal pode também ser compreendido nos contextos de deposição (Vale 2011: 299).

- A semelhança formal dos recintos murados parece denunciar contactos, circulação, mobilidade. A componente artefactual permite também estabelecer possíveis relações com outros espaços em tempos. No entanto, os sítios do Alto Douro e Beira Alta, assim como o sítio de S. Pedro (Mataloto et al, 2017), por exemplo, praticamente não registam “coisas” provenientes de longas distâncias (apesar desta afirmação estar dependente de trabalhos futuros e não tem em consideração as cerâmicas campaniformes), ao contrário do que se verifica, por exemplo, no recinto de fossos dos Perdigões (Valera, 2017). No entanto, a decoração cerâmica pode indicar relações mais amplas, como se regista em S. Pedro, a qual remete para contactos com a Estremadura ou numa fase mais tardia com a Meseta espanhola (Mataloto et al, 2017);

- Os recintos murados têm de ser trabalhados a diversas escalas. À escala do sítio é necessário equacionar o papel das pequenas coisas na construção/organização/uso do espaço. São os “objetos” que ampliam o espaço construído; é a habitação que dá detalhe à construção e nesse sentido o trabalho desenvolvido por McFadyen (2016) e também o que vem sendo desenvolvido para Castanheiro do Vento (Vale, 2011) e numa abordagem distinta mas colocando as pequenas coisas como fazedoras de espaços, por Valera (2007) permitem pensar a arquitetura fora dos limites do construído;

- Os recintos murados poderão globalmente ser entendidos enquanto arquiteturas de formalização de espaços de agregação ou reunião (de seres humanos, não humanos e coisas) e enquanto obras e espaços coletivos; são espaços de assembleia, onde a congregação de grupos humanos pode ser fonte de esperança e também de medo (segundo Butler, 2015), sendo assim poderosas arenas (espaços formalizados) de negociação de poderes.

PALAVRAS FINAIS

Os recintos murados são espaços de reunião, de agregação, de assembleia de seres humanos, seres não humanos e de coisas, de diferentes coisas. Mas as relações diferem entre sítios, ou seja, o tipo arquitetónico envolve diferentes formas de habitar/ usar, denunciado pelas diferentes coisas e associações registadas. A arquitetura emerge da compreensão do lugar por referência a outros espaços e outros tempos; a outros espaços contruídos de outras formas ou outros espaços com diferentes coisas, a outros pontos na paisagem ou a outros espaços habitados. Por diferentes razões, estes sítios foram escolhidos para serem usados durante séculos. A permanência no lugar respeitou o que existia, abrindo-se a novas possibilidades. O uso do tipo “recinto murado” como ferramenta analítica implica múltiplas escalas de análise. A escala do fragmento, do detalhe, aborda os diferentes modos de construir/ usar/ habitar o espaço em cada recinto murado, possibilitando a compreensão contextual da temporalidade de cada sítio. A escala mais ampla de análise do tipo participa na compreensão do(s) processo(s) histórico(s) que criaram as condições de emergência destes espaços particulares.

Agradecimentos

Gostaria de agradecer a Susana Soares Lopes a oportunidade de participar neste volume e a João Muralha pela edição do mesmo. Agradeço também a Sérgio Gomes que leu versões iniciais deste texto e me fez importantes sugestões bibliográficas e me propôs pensar outras ligações. Agradeço também a Rui Mataloto que fui inundando de perguntas aquando da redação deste texto. Estendo também o meu agradecimento à equipa de Castanheiro do Vento e a Maria de Jesus Sanches, orientadora do projeto de pós-doutoramento financiado pela FCT (Ref.: SFRH/BPD/87939/2012) no qual se integra este trabalho. Todas as imprecisões e incorreções são, no entanto, da minha responsabilidade.

BIBLIOGRAFIA

Arnaud, J. M.; Diniz, M.; Neves, C. & Martins, A. 2014-2015. Vila Nova de São Pedro – de novo, no 3º milénio. Um Projecto para o Futuro. *Arqueologia & História*, vol. 66-67, 7-17.

Baptista, L, Gomes, S, Jorge, V. O, Jorge, V. O, Muralha, J, Oliveira, L, Pereira, LS, Vale, AM, Velho, GL & Vieira, A. 2008. Uma história de dois vizinhos ao longo de dezassete anos: Castelo Velho e Castanheiro do Vento (1989-2006). *Actas do III Congresso de Arqueologia de Trás-os-Montes, Alto Douro e Beira Interior Vol. 01 Pré-História e Gestos Intemporais*, coord. Alexandra Cerveira Lima, VN Foz Côa, ACDR, 120-135.

Butler, J. 2015. *Notes Toward a Performative Theory of Assembly*. Harvard University Press.

Cámara Serrano, J. A. & Molina González, F. 2013. Indicadores de conflicto bélico en la Prehistoria Reciente del cuadrante sudeste de la Península Ibérica: el caso del Calcolítico. *Cuadernos de Prehistoria y Arqueología de la Universidad de Granada*, 23, 99-132.

Cardoso, J. L. 2003. *O Povoado Pré-Histórico de Leceia no Quadro da Investigação, Recuperação e Valorização do Património Arqueológico Português. Síntese de Vinte Anos de Escavações Arqueológicas (1993-2002)*. Oeiras: Câmara Municipal de Oeiras.

Cardoso, J. L. 2012a. Castanheiro do Vento. In J. Alarcão e M. Barroca (coord.) *Dicionário de Arqueologia Portuguesa*. Porto: Figueirinhas, pp. 84-85.

Cardoso, J. L. 2012b. Castelo Velho. In J. Alarcão e M. Barroca (coord.) *Dicionário de Arqueologia Portuguesa*. Porto: Figueirinhas, pp. 87-89.

Cardoso, J. Muralha 2007. *Castanheiro do Vento (Horta do Douro, Vila Nova de Foz Côa – Um Recinto Monumental do IIIº e IIº milénio a.C.: Problemática do Sítio e das suas Estruturas à Escala Regional*, Dissertação de doutoramento, Faculdade de Letras da Universidade do Porto. Edição policopiada.

Cardoso, J. C. Muralha 2017. Ao longo da paisagem: o Alto Douro no 3º milénio AC. Espaços e mobilidades. In Domingos Cruz (coord.) *Actas da Mesa Redonda “A Pré-história e a Proto-história no Centro de Portugal: avaliação e perspectivas de futuro.”* (Mangualde, 2011). Estudos Pré-históricos vol. XVII. CEPBA, Viseu, 59-90.

Chapman, R. 2003. *Archaeologies of Complexity*. London & New York: Routledge.

Díaz-del-Río, P. 2008. El contexto social de las agregaciones de población durante el Calcolítico Peninsular, *Era Arqueología*, nº8, 128-137.

Didi-Huberman, G. 2017. *Diante do Tempo. História de Arte e Anacronismo das Imagens*. Lisboa: Orfeu Negro.

Criado-Boado, F. 1993. Espacio monumental y paisajes prehistóricos en Galicia. In Asociación Galega de Historiadores (ed.) *Concepcións espaciais e estra-textias territoriais na Historia de Galicia*. Santiago de Compostela, Asociación Galega de Historiadores: 23-54.

Evans, C. 1988. Acts of enclosure: a consideration of concentrically-organized causewayed enclosures. In J. Barrett and I. Kinnes (eds.) *The Archaeology of Context in the Neolithic and Bronze Age: Recent Trends*. Sheffield: Department of Archaeology and Prehistory, 85-96.

Gomes, S. & Baptista, L. 2017. Arquitetura e Arquivo. Contributos para uma Compreensão das Estruturas em Negativo da Pré-História Recente as Colinas entre os Barrancos da Morgadinha e da Laje (Serpa, Beja). *Estudos do Quaternário*, 17. APEQ, Braga, 89-122.

Gonçalves, V. (coord.) 2010. Debatendo Dispositivos Defensivos... E Sepulturas Megalíticas. In V. S. Gonçalves e A. C. Sousa (eds.) *Transformação e Mudança no Centro e Sul de Portugal: o 4º e o 3º milénios a.n.e.* Cascais: Câmara Municipal, 537-542.

Gonçalves, Victor S. & Sousa, Ana Catarina 2006. Algumas breves reflexões a propósito de quatro datas 14C para o Castro da Rotura, no contexto do 3º milénio a.n.e. nas Penínsulas de Lisboa e Setúbal. *O Arqueólogo Português*, Série IV, 24, 233-266.

Ingold, T. 2000. Building, dwelling, living: how animals and people make themselves at home in the world. *The Perception of the Environment. Essays in Livelihood, Dwelling and Skill*. Routledge, London, 172-188.

Jorge, S. O. 1994. Colónias, fortificações, lugares monumentalizados. Trajectória das concepções sobre um tema do Calcolítico Peninsular. *Revista da Faculdade de Letras*, IIª Série-Vol. XI, 447-546.

Jorge, S. O. 1998. Castelo Velho de Freixo de Numão (Vila Nova de Foz Côa): breve genealogia de uma interpretação. *Revista Estudos Pré-Históricos*, vol. VI, 279-293.

Jorge, S. O. 1999. *Domesticar a terra. As Primeiras Comunidades Agrárias em Território Português*. Lisboa, Gradiva.

Jorge, S.O. 2002. Castelo Velho de Freixo de Numão: um recinto monumental pré-histórico do Norte de Portugal. *Revista Patrimónios/Estudos*, nº3, IPPAR: 145-164.

Jorge, S. O. 2003a. Pensar o espaço da Pré-História recente: a propósito dos recintos murados da Península Ibérica. In S.O. Jorge (coord.), *Recintos Murados da Pré-História Recente*, Porto/Coimbra: DCTP (FLUP)/CEAUCP (FCT): 13-50.

Jorge, S. O. 2003b. Cenografias monumentais pré-históricas: tópicos para uma reflexão. In V.O. Jorge (coord.), *Arquitectando Espaços: da natureza à metapolis*. Porto/Coimbra: DCTP (FLUP)/CEAUCP (FCT): 63-83.

Jorge, S. O. 2005. *O Passado é Redondo. Dialogando com os Sentidos dos Primeiros Recintos Monumentais*. Porto: Edições Afrontamento.

Jorge, S. O. 2007. Introdução. In: *A Concepção das Paisagens e dos Espaços na Arqueologia da Península Ibérica, Actas do IV Congresso de Arqueologia Peninsular*, Universidade do Algarve, Promontoria Monográfica 08: 9-12.

Jorge, S.O. 2012. Pensar a arqueologia do ritual: breve apontamento. In M. J. Sanches (coord.) *Iª Mesa-Redonda Artes Rupestres da Pré-História e da Proto-História: paradigmas e metodologias de registo*. *Trabalhos de Arqueologia* vol. 54: 25-32.

Jorge, S. O. 2014. Enclosures and Funerary Practices. About an Archaeology in Search for the Symbolic Dimension of Social Relations. In A. C. Valera (ed.) *Recent Prehistoric Enclosures and Funerary Practices in Europe*. Oxford: BAR International Series 2676:71-82.

Jorge, S.O., Baptista, L., Gomes, S., Oliveira, M.L., Valera, J.M. & Velho, G. 2007. A Construção de um sítio arqueológico: Castelo Velho de Freixo de Numão. In: *A Concepção das Paisagens e dos Espaços na Arqueologia da Península Ibérica*, Actas do IV Congresso de Arqueologia Peninsular, Universidade do Algarve, Promontoria Monográfica 08: 77-85.

Jorge, V. O. with the assistance of Cardoso, J.M., Vale, A.M., Velho, G.L. & Pereira, L.S. (2006). Cooper Age “monumentalized hills” of Iberia: the shift from positivistic ideas to interpretative ones. New perspectives on old techniques of transforming place and space as results of a research experience in the NE of Portugal. In: V.O. Jorge (ed.) *Approaching “Prehistoric and Protohistoric Architectures” of Europe from a “Dwelling Perspective”*. *Journal of Iberian Archaeology*, 8, special issue. Porto: ADECAP, 203-264.

Kunst, M. 2000. A Guerra no Calcolítico na Península Ibérica, *Revista (era) Arqueologia*, 2, pp. 128-142.

Kunst, M. 2006. Zambujal and the enclosures of the Iberian Peninsula. In Harding, Sievers & Venclová (eds.). *Enclosing the Past. Inside and Outside in Prehistory*. Sheffield: J. R. Collis Publications, pp. 76-96.

Kunst, M. 2010. “Zambujal, a dinâmica da sequência construtiva”. In V. S. Gonçalves e A. C. Sousa (eds.) *Transformação e Mudança no Centro e Sul de Portugal: o 4º e o 3º milénios a.n.e.* Cascais: Câmara Municipal, 131-153.

Kunst, M. 2017. Campaniforme em Zambujal (Torres Vedras). In V. Gonçalves (ed.) *Sinos e Taças. Junto ao Oceano e Mais Longe. Aspectos da Presença Campaniforme na Península Ibérica*. Estudos e Memórias 10. UNIARQ, FLUL, pp. 194-213.

Kunst, M; Cardoso, J. L. & Waterman, A. 2014. Human Bones from Chalcolithic Walled Enclosures of Portuguese Estremadura: The Examples of Zambujal and Leceia. In António Carlos Valera (ed.) *Recent Prehistoric Enclosures and Funerary Practices in Europe*. Oxford: BAR International Series 2676, 83-98.

Lopes, S. S. & Bettencourt, A. M. S. 2017. Para uma periodização da Pré-história Recente do Norte de Portugal: da Segunda Metade do 4º Milénio aos Finais do

3º Milénio AC. *Arqueologia em Portugal. 2017 – Estado da Questão*. Associação dos Arqueólogos Portugueses, Lisboa, 467-487.

Márquez Romero, J. & Jiménez-Jáimez, V. 2010. *Recintos de Fossos. Genealogía y Significado de una tradición en la Prehistoria del Suroeste de la Península Ibérica (IV-III milenios AC)*. Málaga: Servicio de Publicaciones e Intercambio Científico. Universidad de Málaga.

Martí Aris, C. 1993. *Las variaciones de la identidad. Ensayo sobre el tipo en arquitectura*. Barcelona: Ediciones del Serbal,

Mataloto, R. & Boaventura, R. 2009. Entre vivos e mortos nos IV e III milénios a.n.e. do Sul de Portugal: um balanço relativo do povoamento com base em datações pelo radiocarbono. *Revista Portuguesa de Arqueologia*, volume 12, número 2, 31-77.

Mataloto, R.; Estrela, S. & Alves, C. 2007. As fortificações calcolíticas de São Pedro (Redondo, Alentejo Central, Portugal). In E. Cerillo Cuenca & J. Laladés Sierra (eds.) *Los Primeros Campesinos de la Raya. Aportaciones recientes al conocimiento del neolítico y calcolítico en Extremadura y Alentejo: Actas de las jornadas de arqueología del Museu de Cáceres*, Museu de Cáceres: Consejería de Cultura y Turismo, 113-141.

Mataloto, R.; Costeira, C. & Nukushima, D. 2017. Local Shop for Local People. Resource Management During the 3rd Millenium BCE at São Pedro (Redondo, Portugal). In M. Bartelheim, P. Bueno Ramírez & M. Kunst (eds.) *Key Resources and Socio-Cultural Developments in the Iberian Chalcolithic*. RessourcenKulturen Band 8, Tübingen, Germany, 143-166.

McFadyen, L. 2013. Designing with living – a contextual archaeology of dependent architecture, in *Archaeology after Interpretation*, ed. A. Alberti, A. Jones and J. Pollard, J., Walnut Creek: Left Coast Press, 135-150.

McFadyen, L. 2016. Actions in Time: After the breakage of pottery and before the construction of walls at the site of Castelo Velho de Freixo de Numão. *Estudos do Quaternário*, 15 71-90.

Mendes, M. 2008. *terra quanto a vejas, casa quanto baste*. In *Só Nós e Santa Tecla*. Porto: Dafne Editora, 101-147.

Morán, H. & Parreira, R. 2003. O povoado calcolítico de Alcalar (Portimão) na paisagem cultural do Alvor no III milénio antes da nossa era. In S.O. Jorge (coord.), *Recintos Murados da Pré-História Recente*, Porto/Coimbra: DCTP (FLUP)/CEAUCP (FCT), pp. 307-327.

Nocete, F. 2001. *Tercer Milenio Antes de Nuestra Era. Relaciones y Contradicciones Centro/Periferia em el Valle del Guadalquivir*. Bellaterra Arqueologia.

Rodrigues, A. F. C. 2015. *O Sítio da Ponte da Azambuja 2 (Portel, Évora) e a Emergência dos Recintos de Fossos do SW Peninsular nos finais do 4º milénio a.n.e.* Dissertação de doutoramento, Universidade do Algarve. Edição policopiada.

Rodrigues, F. 2017. T0 com Cachet: As eventuais cabanas subterrâneas do recinto de fossos do Porto de Torrão. *Arqueologia em Portugal. 2017 – Estado da Questão*. Associação dos Arqueólogos Portugueses, Lisboa, 631-646.

Sanches, M. 2003. Crasto de Palheiros – Murça. Reflexão sobre as condições de estudo e de interpretação duma mega-arquitectura pré-histórica no Norte de Portugal. In S.O. Jorge (coord.), *Recintos Murados da Pré-História Recente, Porto/Coimbra: DCTP (FLUP)/CEAUCP (FCT): 115-148.*

Sanches, M. J. 2008. *O Crasto de Palheiros. Fragada do Castro. Murça-Portugal*. Município de Murça.

Sanches, M.J. & Barbosa, M. H. 2018. Campaniforme no Norte de Portugal. Perspectivas interpretativas instigadas pela leitura de dados recentes. *Portugália*, nova série.

Soares, J. 2013. *Transformações Sociais Durante o III Milénio AC no Sul de Portugal. O Povoado do Porto das Carretas*. Memórias d’Odiviana, 2ª série. Estudos Arqueológicos do Alqueva, 5, EDIA/DRCALEN.

Sørensen M. L. 2015. Paradigm Lost – on the state of typology within archaeological theory. In K. Kristiansen, L. Smejda and J. Turek (eds.), *Paradigm Found: Archaeological Theory - Present, Past and Future. Essays in Honour of Evžen Neustupný*. Oxford: Oxbow Books, pp. 84-94.

Sousa, A.C. 2010. *O Penedo do Lexim e a sequência do neolítico final e calcolítico da Península de Lisboa*. Dissertação de Doutoramento apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10451/3480>

Tavares da Silva, C. e Soares, J. 1987. O Povoado Fortificado Calcolítico do Monte da Tumba. I – Escavações arqueológicas de 1982-86 (Resultados Preliminares). *Setúbal Arqueológica*, vol. VIII, pp. 29-79.

Tavares da Silva, C. e Soares, J. 2010. O Povoado Fortificado do Porto das Carretas. In V. S. Gonçalves e A. C. Sousa (eds.) *Transformação e Mudança no Centro e Sul de Portugal: o 4º e o 3º milénios a.n.e.* Cascais: Câmara Municipal, 225-261.

Till, J. 2009. *Architecture Depends*. Cambridge. Mass: MIT Press.

Vale, A.M. 2011. *Modalidades de Produção de Espaços no Contexto de uma Colina Monumentalizada: o sítio pré-histórico de Castanheiro do Vento, em Vila Nova de Foz Côa*. Dissertação de doutoramento, Faculdade de Letras da Universidade do Porto. Edição policopiada.

Vale, A. M. 2011b. Traditions and Practice at Castanheiro do Vento. *Journal of Iberian Archaeology*, 14, ADECAP, Porto. pp. 55-61.

Vale, A. 2015. A Mulher e a Pré-história. Alguns apontamentos para questionar a tradição e a tradução da mulher-mãe e mulher-deusa na Arqueologia Pré-histórica. *Revista Conimbriga* 54, 5-25.

Vale, A. 2017. Comparing the incomparable – The Chalcolithic walled enclosures of the Iberia Peninsula and beyond. In A. Vale, J. Alves-Ferreira & I. Garcia-Rovira (eds.), *Rethinking Comparison in Archaeology*, New Castle: Cambridge Scholars Publishing, 90-107.

Valera, A.C. 2007. *Dinâmicas locais de identidade: estruturação de um espaço de tradição no 3º milénio AC (Fornos de Algodres, Guarda)*. Município de Fornos de Algodres/Terras de Algodres – Associação de Promoção do Património de Fornos de Algodres.

Valera, A.C. 2012. Fossos sinuosos da Pré-história Recente do Sul de Portugal: ensaio de análise crítica. *Actas do V Encontro de Arqueologia do Sudoeste Peninsular, Novembro de 2010*. Almodôvar, Município de Almodôvar: 25-38.

Valera, A.C. 2013a. Recintos de fossos da Pré-História Recente em Portugal: investigação, discursos, salvaguarda e divulgação. *Al-Madan*, 18, 93-110.

Valera, A.C. 2013b. Cronologia dos Recintos de Fossos da Pré-História Recente em Território Português, *Atas do Congresso Arqueologia em Portugal – 150 anos*. Lisboa: APA, 335-343.

Valera, A.C. 2016. Fraga da Pena. Architecture of a Granic Tor in the 3rd Millennium BC. *Actas da II Mesa-Redonda “Artes Rupestres da Pré-história e da Proto-história”* (Porto, Nov. 2011), Viseu, 119-129.

Valera, A.C. 2017. The “Exogenous” at Perdigões. Approaching Interaction in the Late 4th and 3rd Millennium BC in Southwest Iberia. In M. Bartelheim, P. Bueno Ramírez & M. Kunst (eds.) *Key Resources and Socio-Cultural Developments in the Iberian Chalcolithic*. RessourcenKulturen Band 8, Tubingen, Germany, 201-224.

Valera, A. C.; Simão, I.; Nunes, T.; Pereiro, T. & Costa, C. 2017. Neolithic Ditched Enclosures in Southern Portugal (4th Millennium BC): New Data and New Perspectives. *Estudos do Quaternário*, 17, APEQ, Braga, 57-76.

Vieira, A. M. F. 2015. *Contributo para o Estudo dos Vestígios Arqueológicos – do VI ao I milénio AC. Paisagens e Memórias na Bacia Hidrográfica do Douro*. Dissertação de doutoramento, Faculdade de Letras da Universidade do Porto. Edição policopiada.